

ARTIGO

# Representações sobre a Solidariedade Sem Terra no *site* do MST, em agosto de 2020

Representations of Landless Solidarity on the Landless Movement Website in August 2020

Solange Inês Engelmann\*

**Resumo** – A partir da ampliação da esfera pública para o espaço virtual e a apropriação da internet pelos movimentos sociais, analisa-se que representações são colocadas em circulação no espaço público, por meio do *site* do MST sobre a Solidariedade Sem Terra, que envolvem a doação e produção de alimentos, durante a pandemia da Covid-19, no período de agosto de 2020. Apoiar-se na Teoria das Representações Sociais, na Análise de Conteúdo e estudo dos principais enunciados simbólicos do discurso. Conclui-se que a circulação das representações sobre a Solidariedade Sem Terra cria novos sentidos sobre a importância da reforma agrária e do MST no Brasil e seu papel no combate à fome.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; MST; mídias digitais; solidariedade; Reforma Agrária Popular.

**Abstract** – From the expansion of the public sphere to the virtual space and the appropriation of the internet by social movements, this paper seeks to analyze which representations are put into circulation in the public space, through the Landless Movement (MST) website on Landless so-

\*Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. E-mail: solengel03@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8532-712X>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72471

Recebido em 06 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 30 de setembro de 2022.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

lidity, which involve the donation and production of food, during the Covid-19 pandemic, in the period of August 2020. It is supported by the Theory of Social Representations, Content Analysis, and the study of the main symbolic utterances of discourse. It concludes that the circulated representations of Landless solidarity create new meanings about the importance of agrarian reform and the MST in Brazil and its role in the fight against hunger.

**Keywords:** social movements; MST; digital media; solidarity; Popular Agrarian Reform.

## Introdução

Fundado em 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais populares mais representativos da América Latina. Ao pautar a necessidade da reforma agrária, chama atenção para o problema dos sem-terra, da concentração fundiária e defende mudanças na estrutura social do sistema capitalista, além de propor um modelo de sociedade com igualdade e justiça social. Para Gohn (2000), o MST assume o papel de sujeito coletivo e importante representante da classe trabalhadora brasileira, que escancara as desigualdades sociais e os conflitos de classe, entre a burguesia e a classe operária. Diante disso, com o avanço do capitalismo no campo e o fortalecimento do agronegócio no início de 2000, a diminuição no número de novos assentamentos e o debate entre os movimentos populares de que o projeto de reforma agrária estaria esgotado na sociedade capitalista, a partir do seu segundo programa agrário, entre 2007 e 2014, o MST passa a fazer a defesa da implantação de um projeto popular para a agricultura brasileira e a construção de uma sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável (MST, 2007). Assim, para o MST, a criação de um programa de Reforma Agrária Popular<sup>1</sup> necessita de mudanças sociais, como a democratização do acesso à terra aos camponeses e trabalhadores rurais e o desenvolvimento de um modelo de produção agrícola sustentável, com base na agroecologia, para a produção de alimentos saudáveis, criação de agroindústrias, crédito agrícola e assistência técnica, educação do campo, entre outros.

O contexto do desenvolvimento tecnológico, ao final do século XX e início do século XXI, possibilita o surgimento das mídias digitais, com páginas online, blogs, redes sociais, aplicativos etc. Ao obter condições de acesso a essas tecnologias, movimentos sociais populares, como o MST, passam a organizar processos e estratégias de comunicação populares (PERUZZO, 2006), voltados à divulgação de suas demandas e ampliação de visibilidade acerca de suas pautas no espaço público.

<sup>1</sup> No decorrer deste estudo nos reportamos ao termo com as iniciais em maiúsculo uma vez que esta nomeia o projeto central de reforma defendido pelo MST na sociedade, que em seus documentos refere-se ao termo desse modo.

Assim, na pandemia da Covid-19, por um lado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendava o distanciamento social, enquanto, por outro lado, observa-se a necessidade de trabalhadores(as) do MST em produzir alimentos para sobrevivência e abastecimento do mercado local. Diante disso, este estudo parte do seguinte questionamento: *que representações são postas em circulação no espaço público, por meio do site do MST, sobre a Solidariedade Sem Terra, que envolvem a doação e produção de alimentos durante a pandemia da Covid-19, no mês de agosto de 2020?* O período foi escolhido por conta de uma leve diminuição no número de mortes pela Covid-19. Porém, na época, especialistas alertavam que isso não significava o fim da pandemia. Conforme dados apurados pelo consórcio de veículos de imprensa, em agosto de 2020, o Brasil teve 28.947 mortes pela Covid-19, sendo a primeira vez, desde maio daquele ano, que o país contabilizava menos de 30 mil óbitos mensais pela infecção (PINHEIRO, 2020).

A perspectiva epistemológica fundamenta-se na teoria das representações sociais de Moscovici (2013). A abordagem metodológica utiliza como base os pressupostos qualitativos e as técnicas de análise de conteúdo (AC) de Bardin (2009). Neste sentido, Spink (2013) contribui para a identificação e interpretação dos principais enunciados simbólicos do discurso e das principais representações encontradas.

### **As representações sociais e as mídias digitais**

As representações estão ligadas diretamente à comunicação, pois estabelecem-se na construção de sentidos e saberes, sendo uma maneira específica de compreender e comunicar. Para Moscovici (2013, p. 46), o objetivo das representações é “[...] abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa”. Assim, a comunicação se estabelece por meio de vínculos entre os indivíduos, comunidades e grupos sociais, resultando na criação de representações de si, dos outros e de distintas realidades sobre elementos concretos e abstratos que circundam a sociedade em diferentes épocas. Nesse contexto, ao divulgar informações na esfera pública, os meios de comunicação adquirem papel central, pois, ao interpretarem os acontecimentos, não o fazem com total isenção e imparcialidade. Dependendo da abordagem e dos argumentos utilizados podem subverter a ordem dos fatos, interferindo na construção da memória coletiva.

A construção da esfera pública ocorre por meio de interações e debates, viabilizados por uma comunicação centrada no diálogo argumentativo de assuntos comuns de interesse público (ESTEVES, 2011). O desfecho desse processo seria a formação de percepções mais equânimes em relação às diferenças sociais, políticas e culturais, entre os cidadãos. Nesse contexto, a construção da esfera pública se desenvolve por meio da troca de informa-

ções e bens simbólicos em circulação nos meios de comunicação, que re-produzem a seu modo inúmeras representações. Jovchelovitch (2000, p. 175) salienta que “as representações sociais são formas de mediação simbólica firmemente radicadas na esfera pública”, o que torna a esfera pública um espaço da realidade intersubjetiva. É neste terreno que as representações “são geradas, se cristalizam e se transformam”, crescem e tomam forma (JOVCHELOVITCH, 2000). Portanto, as narrativas se encontram constantemente permeadas por relações de poder, não sendo um ato neutro, mas resultando de lutas simbólicas. Para a autora, a imprensa produz significados e valores hegemônicos, assumindo o papel de “ator chave” do poder (JOVCHELOVITCH, 2000), principalmente nas sociedades em que os meios de comunicação estão concentrados por grupos que também dominam a indústria e o governo, e se observa a ausência de uma esfera pública robusta e crítica.

Assim, ao final do século XX e início do XXI, o avanço tecnológico dá origem a sociedade em redes e a novos canais de comunicação e informação, como a internet (CASTELLS, 2006). Amplia-se a centralidade do controle de informação dos oligopólios midiáticos tradicionais (rádio, jornais e revistas, televisão, dentre outros) para uma esfera pública virtual. Na visão de Di Felice (2014), a sociedade em rede cria uma nova cultura tecnológica e comunicativa, com o potencial de gerar mudanças na política, na democracia e na forma de pensar, alterando os contextos sociais. Essa mudança tecnológica também estimula a participação e interação dos usuários, por meio de um novo tipo de inter-relação social e uma cultura tecnológica centrada na interação dos cidadãos. Para Castells (2006), o desenvolvimento das tecnologias pode ainda desempenhar papel importante no estímulo às mudanças das relações sociais e busca de cidadania, quando os usuários adquirem condições (sociais, políticas e, principalmente, econômicas) de apropriarem-se da rede e redefini-la para atender às necessidades da sociedade.

Porém, a internet é um produto do capitalismo que se insere na lógica de funcionamento de mercantilização do capital, monopolizado por grandes redes de informação: Google, Yahoo, MSN, que dão suporte às redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram etc.), entre outras. Alguns autores são críticos às possibilidades comunicativas da internet. Bolaño e Vieira (2014, p. 81) alertam para a lógica mercadológica da rede e a formação do mercado da internet, que se volta principalmente para acumulação de capital e ampliação dos lucros, criando oligopólios da informação. No debate sobre os movimentos sociais populares no Brasil, Peruzzo (2018) também aponta limites e potencialidades da internet a esses segmentos, que se desenvolvem em ações *offline* e *online*; por outro lado, a autora enfatiza a importância do ambiente de visibilidade pública criado pela internet a esses grupos (PERUZZO, 2018).

Observa-se, portanto, a importância da internet como uma nova arena da esfera pública, ainda que permeada por conflitos ideológicos e

políticos, bem como econômicos e mercantilistas. Porém, mesmo com limitações e antagonismos, o ciberespaço tem se tornado um canal importante na comunicação e expressão de grupos populares. Na medida em que o espaço da esfera pública, antes concentrado na imprensa tradicional, é ampliado com as redes digitais, possibilita-se a organização de processos de comunicação populares. Assim, a criação de páginas *web*, blogs e perfis em redes sociais, entre outros, torna-se importante meio para divulgar demandas, reivindicar a cidadania e exercer a contrainformação.

### **A luta do MST e a Reforma Agrária Popular no espaço público**

O MST foi criado em 1984, no Estado do Paraná, com três objetivos: a luta pela terra, a defesa da reforma agrária e da transformação da estrutura social, com horizonte no socialismo. É um movimento social popular que pauta o problema dos sem-terra e da concentração fundiária no país. A partir da década de 1990, se consolida no Brasil como um movimento social popular e político, que assume a posição de representante da classe trabalhadora brasileira e se torna referência na luta pela terra, ao inserir a pauta da reforma agrária na agenda do governo federal (GOHN, 2000).

Nesse sentido, Bastos (2021) aponta que a consolidação do MST como força política de referência na luta de classes brasileira tem seu marco na “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça para Brasília” do MST em 1997, que chegou na capital federal um ano após o Massacre de Eldorado do Carajás, em homenagem aos 21 trabalhadores Sem Terra<sup>2</sup> assassinados por policiais do Pará, em 17 de abril de 1996, e em denúncia à impunidade e à violência no campo, reunindo cerca de cem mil pessoas. Entende-se, sobretudo, que a força política do MST se desenvolve a partir da própria luta do movimento e o apoio conquistado na sociedade, além da perseguição, criminalização e massacres: o Massacre de Corumbiría em 1995, com a morte de nove trabalhadores Sem Terra e dois policiais, e o Massacre de Eldorado do Carajás, que tornou o MST conhecido internacionalmente e obteve a solidariedade da opinião pública internacional.

Nesse contexto, o início dos anos 2000 foi de avanço do capitalismo no campo e de fortalecimento do agronegócio. Esse processo, aliado à diminuição na criação de novos assentamentos pelo Estado brasileiro, reforça a tese de que o projeto de reforma agrária clássica estaria esgotado dentro do sistema capitalista. Neste cenário, a partir do segundo programa agrário gestado entre 2007 e 2014, o MST amplia seu programa agrário e insere a defesa de um “projeto popular para a agricultura brasileira” e a

<sup>2</sup> Neste trabalho utilizamos a grafia do termo dessa forma, por ir além de uma categoria social de trabalhadores privados do acesso à terra, mas se constituir em um grupo social com uma identidade política, ligada a um contexto social e histórico, que identifica o sujeito de um movimento social integrado à luta pela democratização da terra. Para mais informações em torno do debate sobre a identidade Sem Terra, ver estudo de Caldart (2001).

busca por “uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2007, p. 17). A nova proposta do MST defende a necessidade de implantação de um programa de Reforma Agrária Popular no país, voltado à democratização do acesso à terra aos camponeses e trabalhadores rurais e questiona o modelo de agricultura industrial e agroexportador do agronegócio. Propõe, como alternativa, outro modelo de produção agrícola sustentável, baseado em sistemas agroecológicos, com a produção de alimentos saudáveis, incentivos à criação de agroindústrias, créditos, assistência técnica, educação do campo etc.

São, portanto, mudanças significativas no seu programa agrário, em que o MST faz a opção pela defesa de um projeto de Reforma Agrária Popular, que necessita do apoio da sociedade brasileira para ser implantado no país. Nessa perspectiva, o MST, ao longo de seu processo de luta, organiza mobilizações de massa, com ocupações de latifúndios, marchas, caminhadas, ações simbólicas e jornadas nacionais, para ampliar o debate na sociedade e pressionar os governos para o reconhecimento da necessidade e implementação do seu projeto popular de reforma agrária.

Desse modo, os dirigentes do MST percebem a importância da comunicação popular como estratégia importante para auxiliar na mobilização dos sem-terra no debate com a sociedade e para a visibilidade de suas demandas e da questão agrária na esfera pública, na pressão aos governos. Com esse intuito, entre a década de 1980 e os anos 2000, o MST cria diversos meios de comunicação populares e alternativos, com abrangência nacional, estadual e regional, tais como: Jornal Sem Terra, rádios comunitárias, Revista Sem Terra, brigada de audiovisual, assessoria de imprensa, *site*, além do uso das redes sociais para difusão de seus conteúdos, a partir de 2009. O setor de comunicação do MST é organizado a partir do ano 2000, com a função de orientar o processo de comunicação Sem Terra do MST com sua base social e com a sociedade (ENGELMANN, 2018). Nesse sentido, Berger (2003) considera que o processo de comunicação do MST encontra-se subordinado às diretrizes políticas dessa organização. Na visão da autora, se verifica um estímulo por parte do movimento não somente na estrutura da informação, mas também na formação de quadros políticos nessa área.

### **As representações sobre a Solidariedade Sem Terra no *site* do MST, em agosto de 2020**

A partir de 1997, o MST cria um *site*<sup>3</sup>, mantido pelo setor de comunicação do MST, que vem se consolidando em canal estratégico de comunicação e informação no debate público sobre a reforma agrária no Brasil. O objetivo do canal é estabelecer o diálogo e conscientizar a sociedade ur-

.....  
<sup>3</sup> Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).

ba na sobre a importância do projeto de reforma agrária do MST para o país e atuar como porta-voz do movimento junto à sociedade e com sua base social (ENGELMANN, 2013). A partir desses objetivos, o portal virtual do MST tem sido reformulado ao longo dos anos. Em janeiro de 2021, passou por novas mudanças de *layout* e inserção de novas ferramentas, passando a contar também com publicação de conteúdo em vídeo e áudio, além de texto e imagens.

Figura 1 – Homepage do site do MST de 23 set. de 2022



Fonte: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

Nesse sentido, procura-se compreender que representações são colocadas em circulação no espaço público, por meio do *site* do MST sobre a Solidariedade Sem Terra, que envolvem a doação e produção de alimentos, durante a pandemia da Covid-19, no período de agosto de 2020. Apoiamos na teoria das representações sociais de Moscovici (2013), nas técnicas de análise de conteúdo (AC) de Bardin (2009) e com base em Spink (2013), para identificar e interpretar os principais enunciados simbólicos do discurso e das representações encontradas.

O material analisado foi publicado durante a pandemia do coronavírus no Brasil, entre 1 e 31 de agosto de 2020, na página online do MST. Em um universo de 112 publicações encontradas nesse período, nas seguintes editoriais: notícias, notas, entrevista e artigo, com base em uma pré-análise de títulos e subtítulos, a partir das palavras-chave: alimento, doação, solida-

riedade, marmita, produção/produzir, comida, agricultura/agricultores, foram encontrados 25 textos relacionados ao assunto.

Avançando na análise acerca do material informativo publicado na página online do MST, foram analisados 11 conteúdos, contemplando informações sobre nove estados brasileiros, que desenvolveram ações com contexto da produção e doações de alimentos, produzidos em territórios (acampamentos e assentamentos) da reforma agrária do MST, e dois conteúdos nacionais, com maior relevância sobre o objeto de estudo para análise. Buscou-se contemplar a maior quantidade e diversidade de experiências retratadas no material informativo e deu-se preferência a conteúdos informativos que trouxeram presente as vozes dos próprios trabalhadores e trabalhadores Sem Terra e dirigentes do movimento sobre o assunto.

Nesse *corpus*, percebe-se que o foco da maioria dos textos concentra-se na representação sobre a Solidariedade Sem Terra. Nesse contexto, identificaram-se três principais ancoragens que amparam essas representações: a) Reforma Agrária Popular; b) combate à fome; e c) aliança com as periferias. Observa-se, nesse contexto, que a produção e doação de alimentos e o processo organizativo do MST perpassam as representações sobre a Solidariedade Sem Terra e suas ancoragens, demonstrando a importância na organização e articulações nacionais do movimento, que se realizaram em vários estados do país, a partir dos territórios dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária pelos sujeitos, as famílias dos trabalhadores Sem Terra em isolamento produtivo durante a quarentena.

a) *Reforma Agrária Popular*: aparecendo com frequência no material analisado, esses elementos apontam a solidariedade como tema central no projeto do MST, ou seja, a Reforma Agrária Popular, na medida em que as doações de alimentos e o trabalho coletivo do MST sensibilizam a população para o problema da fome e das desigualdades no país. Além disso, apresentam os territórios dos assentamentos como espaços que geram renda para sobrevivência das famílias assentadas, com a organização coletiva dessas famílias em torno da matriz tecnológica da agroecologia, buscando o beneficiamento dos produtos para a garantia de renda e a permanência dos jovens e das famílias no campo. Assim, o assentamento apresenta-se como um local viável de vida, desenvolvimento, cultura, educação, troca de saberes, entre outros.

Percebe-se que a agroecologia também é defendida no contexto do campesinato na Amazônia como fator importante que contribui para resistências dos povos camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos nos seus territórios, a partir dos saberes populares e trocas de conhecimentos. Além disso, o MST procura articular a importância desse modelo produtivo, em equilíbrio com a natureza, como alternativa para se contrapor ao avanço do agronegócio na região amazônica e contribuir na luta pela soberania alimentar dos povos nesses territórios, como um direito humano à alimentação, além da reforma agrária e no fomento a outras relações sociais, mais diversas

e de respeito às diferenças entre os seres humanos, como aponta o material analisado. “Nessa semana, a solidariedade brotou desses povos e de seus saberes trazendo esperança, força e coragem para resistirmos no enfrentamento à pandemia. Foram doadas cestas básicas de alimentos saudáveis e kits de higiene em diversas regiões do estado” (AZEVEDO, 2020, p. 1).

A análise também evidencia que o MST organiza uma campanha nacional de doação de alimentos e agrega outras pautas da conjuntura em jornadas de lutas nacionais, que já faziam parte do seu calendário de lutas. Um exemplo é a Jornada Nacional da Juventude, realizada com ações simbólicas de denúncias ao aumento da fome da crise sanitária da pandemia e econômica que se agrava no país, em agosto de 2020.

Durante os sete dias de mobilização e trabalho nas diversas ações da Jornada da Juventude, foram plantadas 1.500 mudas de árvores frutíferas, doadas 5 mil máscaras, 6 toneladas de alimentos e diversas faixas e lambes embelezando os espaços coletivos dos assentamentos. (OLIVEIRA, 2020, p. 1).

b) A problemática do *combate à fome* no país também aparece articulada às doações de alimentos e à solidariedade, como uma alternativa para amenizar a fome da população em situação de vulnerabilidade nas periferias de centros urbanos. Na medida em que, em um momento de crise sanitária e econômica, o MST destina parte da produção de alimentos dos assentamentos para alimentar trabalhadores sem renda e famílias em situação de vulnerabilidade nas periferias urbanas, os Sem Terra demonstram à sociedade e aos governos a alternativa da reforma agrária para produzir alimentos e amenizar o problema da fome no país. Ao mesmo tempo, questionam a hegemonia do agronegócio, que se volta à exportação de *commodities* e não à produção de comida para o mercado nacional, como é possível verificar no fragmento abaixo.

‘A nossa comunidade é carente, precisa bastante de ajuda. E hoje a gente fica imensamente feliz, a gente fica até sem palavras pra agradecer’, disse emocionada Rosenilda de Paula, conhecida como Nenê da Santos Andrade, 47 anos, presidenta da associação de moradores do Jardim Santos Andrade, no bairro Campo Comprido. (MST-PARANÁ, 2020, p. 1).

O ataque ao problema da fome demonstra que os dirigentes do MST apresentam uma estratégia de enfrentamento à pandemia e socorro à população, pautando a preservação da vida a partir da doação de alimentos, produzidos em territórios da reforma agrária. A narrativa do combate à fome aparece ainda articulada à denúncia do MST quanto à desestruturação das políticas agrárias por parte do governo de Jair Bolsonaro, que abandonou os camponeses e trabalhadores rurais ao coronavírus e à fome. Isso porque o conteúdo informa sobre a luta e pressão dos movimentos sociais do campo

no Congresso Nacional para aprovação de um Projeto de Lei (PL) com objetivo de socorrer os agricultores familiares camponeses com auxílio emergencial, a fim de tentar amenizar o corte de investimentos na agricultura familiar e camponesa pelo governo. Porém, mesmo com a aprovação do PL nº 735/2020 (batizada de Lei Assis Carvalho) por unanimidade pelo Congresso, Bolsonaro vetou o projeto, quase integralmente, deixando o segmento dos agricultores familiares e camponeses sem amparo de políticas públicas no país, como mostram as publicações analisadas.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou quase integralmente a proposta que prevê um auxílio financeiro aos agricultores durante a pandemia de covid-19. O recurso seria repassado para os produtores que não receberam o auxílio emergencial. No total, seriam cinco parcelas de R\$ 600, ou seja, R\$ 3 mil. (BRASIL DE FATO, 2020, p. 1).

c) Aliança com as periferias foi outra temática recorrente nos textos. Por meio da doação de alimentos dos assentamentos, muitos produzidos em sistemas agroecológicos, sem o uso de agrotóxicos e insumos químicos, observa-se que os Sem Terra do MST buscaram restabelecer e criar novas parcerias em torno desse movimento popular e suas demandas, juntos aos trabalhadores dos centros urbanos, organizações populares e movimentos sociais urbanos e rurais, bem como associações e entidades comunitárias de periferias. Conforme é possível verificar no conteúdo analisado: “A Marmita Solidária é uma iniciativa que desde o início da pandemia mobiliza diversas frentes do campo popular e distribui refeições de qualidade para a população em situação de vulnerabilidade social” (MESQUITA; VERGARA, 2020, p. 1). “Precisamos pressionar nossos governantes para manter o isolamento social, fazer políticas que possam garantir que o povo tenha teto, comida e roupa” (MESQUITA; VERGARA, 2020, p. 1).

A doação de alimentos nas periferias também indica que a reforma agrária tem um papel importante para amenizar o problema da fome e produzir comida para os trabalhadores urbanos e as famílias em situação de vulnerabilidade nesses locais, bem como no benefício e na comercialização das produções, por meio de cooperativas, associações, grupos e armazéns de produtos do campo. Como pode ser percebido no material analisado:

‘Ações como essa, da Campanha Periferia Viva, além de ajudar as famílias que estão passando dificuldades no campo e na cidade, servem também para mostrar a sociedade que a Reforma Agrária é a saída para a crise, pois gera emprego e renda, produz alimentos saudáveis e melhora a qualidade de vida das pessoas’, explica Tais Oliveira, coordenadora regional do MST na Zona da Mata. (MST, 2020, p. 1).

Essas representações também são reforçadas na fala de alguns dirigentes do setor de produção do MST e da coordenação nacional do movimento: “[...] aqui construímos aliança direta entre aqueles que lutam no

campo, com aqueles que resistem na cidade. Do povo com o povo” (MST, 2020, p. 1).

A seguir apresentamos um quadro-síntese das análises realizadas. A figura 2 apresenta o mapa imaginário sobre as representações da Solidariedade Sem Terra composto a partir das publicações informativas do *site* do MST durante o mês de agosto de 2020.

Figura 2 – *Site* do MST em agosto de 2020: mapa imaginário sobre as representações da Solidariedade Sem Terra disponibilizadas na *web*



Fonte: A autora, set. 2022

A partir do mapa das representações sobre a Solidariedade Sem Terra, analisadas no conteúdo informativo do *site* do MST, compreende-se que elas se articulam e se inserem como um valor e princípio da luta do MST e do seu projeto de Reforma Agrária Popular, bem como na organização social coletiva dos Sem Terra, a fim de viabilizar as ações de doações, a partir dos territórios dos assentamentos e acampamentos. Desse modo, os significados que ancoram nas representações e se inserem nas perspectivas de Jovchelovitch (2000) e Moscovici (2013). Eles apresentam as representações como processos que desenvolvem sentidos e percepções acerca do mundo e de seus objetos, mediante a comunicação e interações entre os sujeitos através da linguagem, da postura coletiva dos Sem Terra e do sentido pedagógico de todo esse processo, que se traduz na comida saudável que alimenta, nutre e mata à fome.

Desse modo, as representações buscam comunicar à sociedade, aos governos e, principalmente às populações contempladas pela solidariedade, a materialidade do projeto de Reforma Agrária Popular do MST, a partir da divulgação de conteúdo sobre a produção e doação de alimentos saudáveis, que se traduz em forma de alimento àquelas famílias em situação de vulnerabilidade, atingidas pela fome ou insegurança alimentar. Assim, a divulgação dos conteúdos pela página online do MST no mês de agosto de 2020, que retrata a Solidariedade Sem Terra, estabelece a construção de novos sentidos, políticos, sociais, culturais, bem como discursivos, em torno

da pauta da reforma agrária e da organização do próprio MST no espaço público.

### Considerações finais

A partir da análise das representações sobre a Solidariedade Sem Terra no material informativo do *site* do MST analisado, percebem-se três elementos principais que ancoram e articulam os sentidos dessa representação: a Reforma Agrária Popular, o combate à fome e a aliança com as periferias. Compreende-se que essas representações atualizam os sentidos e reposicionam a importância do projeto de Reforma Agrária Popular do MST na conjuntura de crise econômica e sanitária no Brasil, bem como frente ao desmonte das políticas públicas para o campo pelo governo Bolsonaro. Nesse âmbito, por meio da solidariedade, que se desenvolve com a produção e doação de comida saudável, a Reforma Agrária Popular é apresentada pelo MST como um projeto viável, em um contexto de crises, para resolver o problema da fome, as demandas de preços justos, e como garantia do abastecimento dos mercados locais e da soberania alimentar.

As representações em torno da Solidariedade Sem Terra também evidenciam a importância da organização coletiva do MST e dos movimentos populares do campo e da cidade como um elemento central para enfrentar a falta de alternativas e crises, por meio da doação de alimentos *in natura* e de ações de preparação de refeições, como as marmitas solidárias, às populações vulneráveis. Ressalta-se, assim, de forma implícita, a capacidade organizativa, mobilizativa e produtiva da agricultura familiar e camponesa, baseada na matriz tecnológica da agroecologia. Este é, portanto, um modelo importante, com capacidade de produção em larga escala para enfrentar a fome no país e garantir a soberania alimentar, na disputa de hegemonia com o modelo agroexportador e destruidor ambiental do agronegócio, ainda que o segmento da agricultura familiar e camponesa tenha sido totalmente abandonado pelo governo federal, durante o governo de Bolsonaro.

Nesse sentido, o MST retoma seu trabalho de base, com populações em situação de vulnerabilidade e trabalhadores(as) nas periferias urbanas, em um contexto de pandemia. Ou seja, mesmo diante das crises e a necessidade do isolamento social, os Sem Terra reposicionam a pauta da reforma agrária nessa nova conjuntura e nos debates na esfera pública, a partir da produção e doação de alimentos, por meio do isolamento produtivo. Desse modo, o material analisado coloca em circulação novas representações sobre a importância e a materialidade do projeto de Reforma Agrária Popular e da própria organização do MST na sociedade brasileira e internacional. Essa circulação de novos saberes e sentidos em torno da Solidariedade Sem Terra também interfere na construção coletiva da memória sobre a pauta da questão agrária no espaço público.

**Referências**

- AZEVEDO, A. C. R. Semana Tocantinense de Agroecologia semeia saberes no combate ao Covid-19. *Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, São Paulo, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/30/semana-tocantinense-de-agroecologia-semeia-saberes-no-combate-a-covid-19/>. Acesso em: 1 set. 2022.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70, 2009.
- BASTOS, P. N. *Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade*. São Paulo: Garamond, 2021.
- BERGER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOLAÑO, C. R. S.; VIEIRA, E. S. Economia política da internet e os sites de redes sociais. *Revista Eptic Online*, v. 16, n. 2, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/2168>. Acesso em: 7 set. 2022.
- BRASIL DE FATO. Bolsonaro veta socorro financeiro para agricultores familiares durante a pandemia. *Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, São Paulo, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/25/bolsonaro-veta-socorro-financeiro-para-agricultores-familiares-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 1 set. 2022.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/estudos-avancados/user-item/6615-revista-estudos-avancados/3131-o-mst-e-a-formacao-dos-sem-terra-o-movimento-social-como-principio-educativo>. Acesso em: 7 set. 2022.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DI FELICE, M. Sociedade em rede. Da esfera pública para a conectividade. In: MARCHIORI, M. (Org.). *Sociedade, comunidade e redes, difusão*. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2014.
- ENGELMANN, S. I. *A página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFU, Uberlândia, 2013.
- ENGELMANN, S. I. *As representações sociais sobre a reforma agrária nas mídias digitais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, UFRGS, Porto Alegre, 2018.

- ESTEVES, J. P. Novos media e deliberação. Sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. *Revista Media e Jornalismo*, v. 10, n. 18, 2011.
- GOHN, M. da G. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais na esfera pública*. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MESQUITA, C.; VERGARA, P. Marmita Solidária fortalece trabalhadores informais na capital carioca. *Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, São Paulo, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/21/marmita-solidaria-fortalece-trabalhadores-informais-na-capital-carioca/>. Acesso em: 01 set. 2022.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MST. Cartilha interna. In: CONGRESSO NACIONAL DO MST: UMA OBRA COLETIVA DA MILITÂNCIA, 5. São Paulo, MST, 2007.
- MST. Online. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, 23 set. 2020. Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 23 set. 2022.
- MST-PARANÁ. Famílias recebem toneladas de alimentos e gás do MST e Sindipetro no Paraná. *Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, São Paulo, 3 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/03/familias-recebem-toneladas-de-alimentos-e-gas-do-mst-e-sindipetro-no-pr/>. Acesso em: 1 set. 2022.
- OLIVEIRA, A. No Ceará, juventude Sem Terra doa alimentos nas periferias de Fortaleza. *Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, São Paulo, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/16/no-ceara-juventude-sem-terra-doa-alimentos-nas-periferias-de-fortaleza/>. Acesso em: 1 set. 2022.
- PERUZZO, C. M. K. *Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29. Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”. *Anais...* Intercom/UnB, Brasília, 2006. Disponível em: [R0094-1 \(intercom.org.br\)](http://intercom.org.br). Acesso em: 7 set. 2022.
- PERUZZO, C. M. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web. *MATRIZES*, São Paulo, v. 12, n. 3, set./dez., 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/142473>. Acesso em: 7 set. 2022.
- PINHEIRO, L. Brasil termina agosto com 28.947 mortes pela Covid-19, apontam secretarias de Saúde; especialistas alertam que pandemia não acabou. *G1 Globo*, Rio de Janeiro, 3 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/03/brasil-termina->

agosto-com-28947-mortes-pela-covid-19-apontam-secretarias-de-saude-especialistas-alertam-que-pandemia-nao-acabou.ghtml. Acesso em: 7 set. 2022.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. *In*: GUARESHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2013.